



Anais da Assembléia

N. 40

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 12 DE MAIO DE 1988

ANO XIV

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 32.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 1.988
QUINTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Antônio Amibelli, secretariada pelos Srs. Deputados Anibal Khury e Basílio Zanusso.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Amibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibart, José Alves, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brancão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Passuti, Paulo Furiatti, Pirajá Ferreira, Quielise Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer (49). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados Paulino José Delasseri, Pedro Tonelli e Valderi Mendes Vilela. (03). Achando-se em licença os seguintes Senhores Deputados Cândido Bastos e Domingos Scarpellini. (02)

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Amibelli) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

Sob os ns. DTL/81/88 a 93/88, do Se-

nhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei ns: 110/87, do Senhor Deputado Antônio Bárbara, que declara de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Cecília do Pavão, com sede e foro no Município de Santa Cecília do Pavão, o qual, convertido em Lei, tomou o n. 8.760. Anote-se - Arquite-se.

127/87, do Senhor Deputado Ferrari Júnior, que veda a alteração de nomes de próprios públicos estaduais como forma de preservar a memória tradicionalista paranaense, o qual convertido em Lei, tomou o n. 8761. Anote-se - Arquite-se.

284/87, do Senhor Deputado Pirajá Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Parque São Jorge, com sede e foro no Município de Almirante Tamandaré, o qual convertido em Lei tomou o n. 8.762. Anote-se - Arquite-se.

338/87, do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, que declara de Utilidade Pública a Tenda Espírita São Jorge e Santa Bárbara, localizada na Cidade de Umuarama - Paraná, à Rua Itacolomi n. 55, o qual convertido em Lei tomou o n. 8.763. Anote-se - Arquite-se.

340/87, do Senhor Deputado Cândido Bastos, que declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Cândói, com sede na localidade de Corvo Branco, Distrito de Cândói, Município de Guarapuava, o qual convertido em Lei tomou o n. 8.764. Anote-se - Arquite-se.

348/87, do Senhor Deputado José Alves, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - A.P.M.I. - do distrito de Água Boa, com sede e foro na cidade de Paçandu, o qual convertido em Lei tomou o ns. 8.765. Anote-se - Arquite-se.

363/87, do Senhor Deputado Raul Lopes, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção às Mulheres Desamparadas e Marginalizadas, com sede e foro na Cidade de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o n. 8.766. Anote-se - Arquite-se.

381/87, do Senhor Deputado Quielise Crisóstomo, que declara de Utilidade Pública a Fundação Hospitalar de Saúde Municipal, com sede e foro no Município de Mandirituba, o qual convertido em Lei tomou o n. 8.767. Anote-se - Arquite-se.

386/87, do Senhor Deputado Paulo Furiatti, que declara de Utilidade Pública o Centro Espírita Beneficente União do Vege-

tal-Pré-Núcleo/Cosmo e Damião, com sede e foro em Brasília - DF., tendo o seu Pré-Núcleo nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n. 8.768. Anote-se - Arquivo-se.

06/88, do Senhor Deputado Raul Lopes, que declara de Utilidade Pública o Instituto Mãe de Misericórdia das Irmãs Servas dos Pobres, com sede e foro na Cidade de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o n. 8.757. Anote-se - Arquivo-se.

13/88, do Senhor Deputado Homero Oquido, que denomina de "Hospital Dr. Anísio Figueiredo", o Hospital da Zona Norte, localizado na região dos Cinco Conjuntos de Londrina, o qual convertido em Lei tomou o n. 8.758. Anote-se - Arquivo-se.

21/88 - do Poder Executivo, que autoriza a alienar a área de terras devolutas que especifica, o qual convertido em Lei tomou o n. 8.759. Anote-se - Arquivo-se.

43/88 - do Poder Executivo, que cria os cargos em comissão que especifica, no Quadro de Pessoal do Tribunal de Alçada, o qual convertido em Lei tomou o n. 8.769. Anote-se - Arquivo-se.

Mensagens:

MENSAGEM N. 68/88

Curitiba, 29 de abril de 1988.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio SINE/MTb 22.41/85, celebrado em 18 de setembro de 1985, entre o Estado do Paraná e a Secretaria de Emprego e Salário, do Ministério do Trabalho, objetivando a implementação do Sistema Nacional de Emprego - SINE, no Estado do Paraná.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 69/88

Curitiba, 29 de abril de 1988.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de ratificação, datado de 05 de novembro de 1986, do Convênio SINE/MTb 22.14/86 celebrado em 03 de fevereiro de 1986, entre o Estado do Paraná e a Secretaria de Emprego e Salário, do Ministério do Trabalho, bem como do Termo Aditivo n. 01/86,

datado de 30.12.86, ao mesmo Convênio, que objetiva a cooperação técnica, administrativa e financeira para assegurar o fortalecimento do Sistema Nacional de Emprego - SINE no Estado.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 71/88

Curitiba, 06 de maio de 1988.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas do Convênio n. 01/87- SEAD e de seu Termo Aditivo Primeiro, celebrados, respectivamente, em 23 de julho de 1987 e 28 de setembro de 1987, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Administração, e o Município de Três Barras, objetivando a reconstrução de 8 (oito) salas de aula conforme projeto FUNDEPAR, com ampliação de tecnologia de auto-construção.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

Requerimentos:

REQUERIMENTO N. 893

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições e, após ouvido o Plenário, REQUER voto de profundo pesar pelo passamento da Senhora Maria Pessequeiro Maluta, ocorrido na cidade de Santa Amélia. Pede que deste registro, seja dado conhecimento ao esposo da mesma, Senhor Pedro Maluta, residente na Fazenda São Pedro, naquela cidade.

Sala das Sessões, em 12.05.88.

(a) HERMAS BRANDÃO.

REQUERIMENTO N. 894

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, preferência de discussão e votação, de acordo com o disposto pelo Art. 102, do Regimento Interno para os seguintes projetos:

a) PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 104/88 - de autoria do Poder Executivo, Mensagem n° 66/88, que altera dispositivos do Art. 1° da Lei Complementar n° 20, visando alterações conforme específica;

b) PROJETO DE LEI N° 105/88 - de autoria do Poder Executivo, Mensagem n° 67/88, que dispõe sobre novos critérios para cálculo dos adicionais quinquenais e os vencimentos deferidos aos Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas do Estado e aos Procuradores do Estado junto ao mesmo Tribunal, conforme específica;

c) PROJETO DE LEI N° 103/88 - de autoria do Poder Executivo, Mensagem n° 65/88, que objetiva alterar a redação do parágrafo 1°, do Art. 77, da Lei n° 7.297, e demais providências, conforme específica.

Sala das Sessões, em 12.05.88.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 895

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência de discussão e votação, para os Projetos de Lei n°s 105/88 e 117/88, oriundos de Mensagens Governamentais n° 67/88 e 64/88, itens 11 e 12, da Ordem do Dia, que dispõem sobre novos critérios para o cálculo dos adicionais e que autorizam o Poder Executivo a doar ao Município de Curitiba uma área de terra para implantação do Hospital Geral do Aparelho Locomotor.

Sala das Sessões, em 12.05.88.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

REQUERIMENTO N° 896

Senhor Presidente

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Eduardo Miaceslau Minicoski, ocorrido dia 08 do corrente em União da Vitória.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 12.05.88.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 62 anos, faleceu em União da Vitória, o comerciante, Senhor Eduardo Miaceslau Minicoski.

Deixando viúva a Senhora Rosa, 5 filhos e 10 netos, o passamento do Senhor

Eduardo, veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de todo o seu grande círculo de amigos.

Tomado que foi, por uma longa enfermidade grave, que o fazia sofrer, e então, por vontade e permissão divina, aceitou tudo isto com amor, paciência e resignação; ao findar a vida, deixou por certo, palavras de fé e gratidão a Deus, como sempre dizia graças a Deus, por todas as virtudes e valores que lhe foram dados, como sempre fez repartindo bondade, infinitivamente viverá nas flores, nas folhas, nos ventos e na saudade.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nossos corações a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bençãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana do seu Servo.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, sente-se no dever de associar-se à dor que abalou a família Minicoski, endereçando a ela voto de profundo pesar rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 899

Excelentíssimo Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja retirado de Regime de Urgência o Projeto de Lei n° 22/88, de autoria do Deputado Domingos Scarpellini.

Sala das Sessões, em 12.05.88.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEAO

Líder da Bancada do PMDB.

REQUERIMENTO N° 900

Excelentíssimo Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja retirado da Ordem do Dia, por 5 (cinco) Sessões, o Projeto de Lei n° 22/88, de autoria do Deputado Domingos Scarpellini.

Sala das Sessões, em 12.05.88.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEAO

Líder da Bancada do PMDB.

REQUERIMENTO N° 907

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em Regime de Urgência, seja oficiado ao Ilustríssimo Prefeito de Jesuítas, Senhor Augustinho Heinzen, votos de congratulações pela passagem do aniversário do município comemorado no dia

13 do corrente mês.

Sala das Sessões, em 12.05.88

(a) NILTON BARBOSA.

REQUERIMENTO N° 903

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas parlamentares, e tendo em vista o que lhe faculta o Regimento Interno desta Casa, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a formulação e inserção em Ata, de Votos de Congratulações a Doutor João Feder, pelo lançamento da obra "O Controle do Dinheiro Público".

Inquestionavelmente oportuno, o livro que trata do controle do dinheiro público, de autoria do Doutor João Feder, enquadra-se perfeitamente à atual conjuntura do país, uma vez que, segundo palavras do próprio autor, busca "reavivar a consciência do contribuinte brasileiro para o seu direito de conhecer o destino dado ao dinheiro do Estado". Professor da Universidade Federal do Paraná e Conselheiro do Tribunal de Contas do Paraná, o Doutor João Feder é uma das maiores autoridades do nosso Estado, credenciadas para falar quanto ao controle do dinheiro público, haja vista a lisura, probidade e competência demonstradas, no exercício das mais variadas funções no serviço público.

Requer, outrossim, seja dada ciência ao homenageado no Tribunal de Contas, em nossa Capital.

Sala das Sessões, em 12.05.88.

(a) ALGACI TÚLIO.

REQUERIMENTO N° 898

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, data vênua à Douta Mesa, após ouvir o magnânimo Plenário, seja inserido nos anais da histórica sessão de hoje, votos de lowor pelo 6° aniversário de Cantagalo.

Uma vez aprovado, que se dê ciência a Prefeitura Municipal, Câmara Municipal e Cláudete Farias.

Sala das Sessões, em 12.05.88.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEAO

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente, Senhores e Senhoras Deputados:

É com grande honra que trazemos a esta Casa de Leis, os nossos votos de congratulações pela passagem do aniversário de Cantagalo.

Cantagalo é um próspero município do Centro Oeste do Estado, que hoje completa o sexto ano de existência e conta com uma população aproximada de 16.000 habitantes, distribuídos nos seus quatro distritos, Cantagalo tem se destacado perante as localidades vizinhas pela rápida ascensão.

Gostaríamos de destacar o brilhante trabalho das autoridades locais, políticos da mais elevada formação e capacidade na administração pública, que empenhados pelo crescimento rápido e sólido de Cantagalo, uniram-se à sociedade na procura de soluções às dificuldades que surgiam no decorrer do mandato, desenvolvendo programas nas áreas de saúde, ensino e sócio-econômicas, que são de grande necessidade, assim como, o incentivo aos agricultores e pecuaristas, atividades estas de grande destaque no contexto estadual, onde se sobressai no cultivo de milho, arroz, feijão, soja e a indústria madeireira.

Não poderíamos deixar de prestar nossa homenagem, a esse povo que, num curto espaço de tempo, mudou o destino dessa municipalidade, pois existiu gente de fé para desbravar os caminhos daquela região, gente que veio e que ficou, gente que abriu picadas que trabalhou, que viveu, amou e construiu, vencendo todos os desafios. Que fez o tempo correr numa escalada de amor e progresso. É a justificativa.

REQUERIMENTO N° 897

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, data vênua à douta Mesa, após ouvir o magnânimo Plenário, seja inserido nos anais da histórica sessão de hoje, votos de lowor pelo 6° aniversário de Turvo.

Uma vez aprovado, que se dê ciência a Prefeitura Municipal e Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 12.05.88.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEAO.

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente, Senhores e Senhoras Deputados:

É com rara satisfação que trazemos a este augusto Plenário, a apreciação que se propõe este Requerimento, de constar nesta histórica Sessão Plenária, Votos de Regozijo pelo transcurso de aniversário do auspicioso Município de Turvo, em nosso Estado.

Criado recentemente em 12 de maio de mil novecentos e oitenta e dois, Turvo tem se destacado por sua projeção na agricultura e pecuária, além de começar a dar seus primeiros passos na indústria.

Com 16.000 habitantes conforme o último censo, foi instalado e considerado Comarca em 01.02.83, composto de homens e mulheres inteligentes e trabalhadores, de uma juventude brilhante e disposta, um clima adequado e terras férteis, permitindo uma alta taxa de longevidade.

O Prefeito Municipal, juntamente aos nove Vereadores que compõe a Administração Pública turvense, irmanados em um espírito

de unidade com o judiciário, ofereceram neste seis anos de trabalho, uma segurança forte, presente e disciplinada; a saúde bem atendida com seus postos e atendimento dentário exemplar; a educação com um nível docente invejável, além de uma participação pública administrativa incansável e vitoriosa.

Não poderíamos deixar de prestigiar os turvenses, o Excelentíssimo Prefeito Municipal José Pereira de Campos, a Câmara Municipal de Vereadores na pessoa de seu Presidente Vereador Valter Brugg Pinto, os Empresários que acreditaram no progresso daquela preciosa terra e investiram ali seus recursos, gerando empregos e participações sociais, à criança, ao jovem e ao ancião, que desbravou aquelas plagas com sacrifício e destemor.

É a justificativa.

REQUERIMENTO N° 905

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a formulação de votos de louvor à jornalista e columnista social Juril Carnascialli, pelo transcorrer da comemoração dos 40 anos de atividade junto ao jornalismo do Paraná.

Detentora de extenso currículo e de uma larga folha de serviços prestados ao jornalismo social do Paraná, Juril Carnascialli, ao completar quatro décadas de trabalho ininterrupto, marca a data com o dinamismo, competência e dedicação que lhes são peculiares.

Através deste, o Poder Legislativo irmana-se às demais manifestações de carinho e amizade a tão merecedora personalidade do jornalismo de nosso Estado.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa se dê ciência à homenageada na Redação do Jornal Gazeta do Povo, em nossa Capital.

Sala das Sessões, em 12.05.88.

(a) ALGACI TÚLIO.

REQUERIMENTO n° 904

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a formulação de voto de louvor à "Documenta Produções Cinematográficas", pela edição do vídeo "Memórias de David".

O vídeo tem na direção, a cineasta Benenice Mendes, na Produção Executiva, Lu Rufalco, na Produção: Fernanda Morini, na Edição, Jussara Locatelli, como Câmera: Osiris Guimarães; Assistente de Câmera: José Carlos Ferreira; na Iluminação: Victorio Destafanis; Still, Flores Dedo e na Interpretação de Poemas e Texto: Wilson

Bueno, além de arrolar vários depoimentos de expoentes da cultura em nosso Estado.

De grande valia como registro documental da história do Paraná, na pessoa de David Carneiro, o vídeo constitui "uma obra comum do povo paranaense".

Louva-se a brilhante iniciativa da Documenta Produções Cinematográficas na produção e edição do vídeo "Memórias de David", como forma de incentivar e reconhecer o importante trabalho de registro e documentação da história deste Estado e dos mais ilustres paranaenses e paranaístas.

Que da decisão do Poder Legislativo, se dê ciência aos homenageados e à Secretaria de Estado da Cultura.

Sala das Sessões, em 12.05.88.

(a) ALGACI TÚLIO.

REQUERIMENTO N° 908

Senhor Presidente,

RAFAEL GRECA, Deputado Líder da Bancada do PDT, que este subscreve, solicita à Egrêgia Assembléia, que se digne oficializar, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, ao Ministério de Estado da Educação, ao Ministério de Estado da Ciência e da Tecnologia, ao Ministro de Estado da Saúde, - o paranaense Borges da Silveira - com cópia a todos os Deputados federais pelo Paraná e aos 3 senadores do PR solicitando as mais urgentes providências no sentido de evitar que se consuma o fechamento criminoso do Centro de Estudos Leprológicos Souza Araújo, mantido pela Fundação Universidade Federal do Paraná - de extinção decretada pelas medidas de contenção do "déficit público" - (sic), de abril último.

Isto, poderá ser decisivo para a descoberta da cura da lepra, por brasileiros e no Brasil. Fato que, certamente, não irritará a missão econômica do FMI.

Sala das Sessões, em 12.05.88.

(a) RAFAEL GRECA.

JUSTIFICATIVA:

O Centro de Estudos Leprológicos Souza Araújo, da U.F.Pr, mantido pela Fundação Universidade Federal do Paraná, pertence à Faculdade de Medicina da mesma Universidade. Além do ensino, presta atendimento ao público, numa média de 800 casos mensais de doentes, na sua maioria da grande Curitiba. O Centro desenvolveu 35 projetos de pesquisa sobre a lepra, sendo os mais importantes:

- a síntese da droga nova IDDS-orto/mono/iodo/diamino/difenil/sulfona, já testada em animais e em culturas de bacilos de Hansen, capaz de servir de medicamento para hansenianos;

- a manutenção das únicas culturas no mundo "bacilo de Hansen".

- a pesquisa para uma vacina especifi-

ca a partir de culturas de bacilos, isolados dos doentes, obtidas no centro.

O Centro tem sido mantido com verbas repassadas pela Fundação Universidade Federal do Paraná, insignificantes, por exemplo, se comparadas com outros gastos federais, consideradas as relações custo/benefício, a saber:

Cz\$ 20 milhões do Banco do Brasil, Cz\$ 6 milhões do Ministério da Saúde; Cz\$ 8 milhões do CONCITEC, Conselho de Ciências e Tecnologia do Paraná, e ainda Cz\$ 1 milhão/mensal, proveniente do atendimento de doentes de lepra e de dermatologia via Previdência Social.

A extinção da Fundação UFPr é uma ameaça oficial à possibilidade próxima de cura da lepra no Brasil e no mundo.

Se a Fundação for extinta desaparecem as possibilidades de pagar e contratar pessoal, e os cientistas atuais ficarão desempregados.

A própria Universidade não poderá absorvê-los, pois, as contratações também estão proibidas.

O Centro de Estudos Leprológicos Souza Araújo, leva o nome de um médico do Paraná, falecido em 1962, natural de Imbitiwa, que foi, ao seu tempo, o maior leprólogo do Brasil e da América do Sul. Seu atual diretor é o professor Rui Noronha de Miranda, dedicado, paciente, incansável investigador, glória da ciência do Teceiro Mundo. Um e outro, ambos médicos e pesquisadores nada ficam a dever ao norueguês Hansen, que descobriu o bacilo da lepra nos idos de 1868. Desde esta data, as conquistas do Centro de Curitiba são o único avanço da humanidade no combate a esta doença deformante e amaldiçoada até por emprestar a imagem de seus sintomas como sinal de pecado nas escrituras sagradas dos povos do Oriente próximo.

Nós sabemos que a lepra é decorrente da ausência de higiene física e espiritual das populações subdesenvolvidas, é também, um problema de nível sócio econômico, (a Dinamarca, a Noruega, a Suécia, a Inglaterra, já não tem lepra em suas terras). Também, sabemos que o bacilo da tuberculose tem uma imunidade cruzada com o bacilo da lepra - assim, onde há tuberculose em alta incidência quase não há lepra - o que explica o Nordeste do Brasil, tão pobre, e não ter incidências. O mesmo vale para as terras do Paraná, enquanto no litoral quase não há lepra, nos planaltos ela existe em abundância, nas populações menos privilegiadas. O apelo é no sentido de se buscar o real interesse público, supra-partidário, - interesse da humanidade, beneficiária do progresso da ciência - evitando o fechamento deste Centro, que já deu ao Brasil 35 Projetos de pesquisa sobre a lepra, e poderá dar o projeto definitivo da

medicação que a extingua, se as medidas oficiais para acabar com o "déficit público", não acabarem com este endereço tão útil, a tantos, e de tão diminuto custo (comparados seus custos e benefícios, imediatos e futuros, com outros setores da administração pública inchada e obesa deste país doente). Liberdade para a ciência, todo o apoio à pesquisa, para o bem da humanidade.

REQUERIMENTO N. 901

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja registrada a presente alocução nos Anais desta Casa.

Sala das Sessões, em 12.05.88.

(a) RAUL LOPES

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N. 130/88 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao Dr. Ary Veloso Queiroz, vice-Governador do Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.05.88.

(a) NILTON BARBOSA

Apoiamento: João Arruda, Tadeu Lúcio Machado, Pirajá Ferreira, Djalma de Almeida César, Anibal Khury e Antônio Annibelli.

JUSTIFICATIVA:

A proposta que ora se submete à apreciação desta Casa, configura-se na mais justa e meritória homenagem que se pode prestar a esta figura que tem se destacado no cenário político paranaense.

Como homem público, sua vida tem sido marcada por grande repercussão política e social, conforme pode ser ratificado em seu Curriculum Vitae apenso a este projeto.

O curriculum vitae deste ilustre político nos impede de tecer maiores considerações a seu respeito, em prol de nossa iniciativa.

Atualmente, desempenha a função de Vice-Governador do Estado do Paraná e Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, frente à qual tem realizado um trabalho altamente significativo em benefício da comunidade paranaense.

Assim, o Governo do Paraná, por meio desta Augusta Casa de Leis, ao conceder o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Dr. Ary Veloso Queiroz, fará jus a esta personalidade política, vindo com isso a

enaltecer a imagem política e administrativa que todos aqueles que trabalham na vida pública, desejam alcançar.

PROJETO DE LEI N. 131/88

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao professor Sydney Lima Santos.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.05.88.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de um homem digno, uma das maiores expressões culturais, que há muitos anos tem prestado uma extraordinária folha de serviços ao nosso Estado. Homem dotado de uma invejável experiência no campo educacional, trabalho que o tem feito merecedor do respeito e da admiração de muitos milhares de paranaenses.

Diversos outros segmentos de nossa sociedade têm, também, contado com a experiência e colaboração de uma figura tão rara nos nossos dias atuais como o professor Sydney Lima Santos.

A outorga dessa honraria será um ato de justiça, de reconhecimento e de gratidão desta Casa de Leis a um homem que tem ativa participação no desenvolvimento paranaense.

PROJETO DE LEI N. 132/88

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Sociedade Operária Beneficente 13 de Maio, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Ficam assegurados à Sociedade Operária Beneficente 13 de Maio, todos os benefícios e direitos previstos junto aos órgãos estatais e privados.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua aprovação, revogadas todas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.05.88.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade Operária beneficente 13 de Maio foi fundada em 06 de junho de 1888, sob nome Club Beneficente 13 de Maio exatamente 24 dias após a proclamação da abolição da escravatura em nosso país.

Durante toda sua existência voltou seu trabalho em prol das causas sociais e populares, principalmente aos negros e aos trabalhadores do nosso Estado.

Tem sido durante todos estes anos, a Sociedade Operária Beneficente 13 de Maio, um teto para os trabalhadores que, ao final do dia de trabalho buscam um "canto"

para o bate-papo, para a confraternização. Buscam, enfim, aqueles de mesma posição, com os quais falam de suas mágoas, suas alegrias, de suas horas de risos e dor.

Através do presente projeto de lei, busca-se ainda expressar o reconhecimento do Poder Legislativo do Estado do Paraná, à luta que desenvolveu a mencionada instituição, durante sua existência, pela causa negra, gestionando pelo fim de qualquer tipo de preconceito e discriminação ao povo africano.

Passaram-se os anos, mudaram-se os diretores, mas, a Sociedade Beneficente 13 de Maio continua firme trabalhando por justiça e igualdade para os trabalhadores, os negros e, enfim, à toda a comunidade curitibana.

Justifica-se, portanto, nossa proposição, sobre o trabalho sério e verdadeiramente despretenhoso patrocinado pela Sociedade supra mencionada.

EMENDA

AO PROJETO DE LEI N. 105/88

Inclua-se onde couber:

Art. - O cargo de que trata o artigo 27, da Lei n. 7784, de 14 de dezembro de 1983, passa a ter o vencimento igual ao do Procurador junto ao Tribunal de Contas, bem como as disposições do parágrafo único, do artigo 3º desta lei, revogando-se o artigo 34, daquela Lei".

Sala das Sessões, em 11.05.88.

(a) Assinaturas ilegíveis

Está finda a leitura do Expediente.

Não havendo oradores inscritos no Pequeno Expediente, no Grande Expediente concedo a palavra ao Senhor Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - (L8):

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Inicialmente quero congratular-me com o Presidente desta Casa Deputado Antônio Martins Annibelli, pela iniciativa do ato realizado nesta Casa pela manhã, em homenagem ao negro. As manifestações foram significativas e os pronunciamentos abalizados e oportunos. Em sequência, permitam-me dizer que, no momento, a nação vive o clima de slogans e da fantasia que comemora um fato histórico como a abolição da Escravatura, é preciso que nos conscientizemos de que ainda caminhamos com passos incertos nesta empreitada. Infelizmente, o ser humano da cor negra continua tão discriminado e espezinhado quanto antes, tendo como único benefício desta suposta liberdade, a liberação das correntes que os identificavam como escravos. Lamento Senhores, não poder desta tribuna, em data de hoje, colorir meu pronunciamento com elogios e frases feitas que enalteçam o que já se fez neste país pelo negro, pois é mínimo ainda o reconhecimento da igual-

dade entre cidadãos.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A existência de uma Lei Afonso Arinos neste País, é a maior prova desta afirmação inicial. O branco não precisa de qualquer Lei para preservar os seus direitos neste país democrático. O negro a necessita como forma de reparação à discriminação odiosa que observamos em todos os campos de trabalho e da sobrevivência. Disfarçamos e mascaramos com uma convivência até certo ponto, a presença do negro na família e na sociedade, como se diante de nós estivesse um ser humano diferente, tão diferente e não apenas na pigmentação. E nesta odiosa discriminação que observamos nos dias de hoje, sentimos a revolta de uma parte de nossa gente que precisa sobrepujar em todos os sentidos o ser humano da raça branca, sob pena de minimizar sua oportunidade no trabalho, na cultura, na sociedade e, principalmente entre as famílias.

É odioso este comportamento, principalmente para nós, que nos dizemos cristãos, quando esquecemos o princípio divino da igualdade entre os seres humanos criados à imagem e semelhança do Senhor. Não se especificou na Mensagem Divina se esta imagem era branca ou negra. Não se discriminou a condição de irmão que, infelizmente, o ser humano, por sua ignorância, continua plantando até os dias de hoje.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Como membro de um partido cuja filosofia neo-liberal pretende a igualdade entre todos, e na condição de representante do PL nesta Casa, quero me parabenizar nesta oportunidade, não com os negros, mas com os brancos que já entenderam esta igualdade. Com os brancos que não discriminam. Com os brancos que não minimizam as qualidades do seu próximo. Apenas pela cor. Com os brancos que entendem em sua profundidade a Mensagem Cristã do "Amai-vos uns aos outros". Senhores, não posso me sentir animado com o estado das coisas existentes num país que se vangloria de não discriminar o negro, que aboliu a escravatura, mas que continua a oferecer mínimas oportunidades por causa da cor da pele. Não posso cumprimentar os cem anos da abolição da escravatura, pois apenas tiramos a corrente, mas continuamos a manter a escravidão pessoal através da manifestação da inteligência.

Não posso me sentir realizado quando vejo irmãos marginalizados por causa da cor. Comemoramos o quê, com estes 100 anos? O fim de um comércio de escravos? Mas é a infra-estrutura que a raça negra teria que obter para sentir-se gente como todos nós, foi-lhes proporcionada? A Lei Afonso Arinos não é uma identificação de que ainda se necessitam instrumentos espe-

ciais para garantir ao negro o mesmo direito que o branco, sem discriminação? Não Senhores. A abolição da escravatura não pode ser comemorada com estes 100 anos. Ela ainda está em pleno curso. Ela ainda caminha para o saneamento da ignorância de quem, detendo o poder não se conscientizou de que os direitos e deveres são iguais para todos, independente da cor, e que não fique tal conceito apenas na ordem constitucional, mas na realidade de um país como o nosso.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não tenho motivo para euforia nem para festejar. Não, enquanto continuar a discriminação à mãe negra, cujo filho é o mesmo tesouro da mãe branca. Não enquanto a criança negra for olhada com desdém ou menosprezo em certas escolas. Não, enquanto a jovem negra for considerada apta apenas para serviços insignificantes, por causa da sua cor. Não, enquanto o cidadão negro for relegado a segundo plano nas fábricas, escritórios, no serviço público. Não, enquanto houver necessidade de uma Lei Afonso Arinos para assegurar o direito de se dizer gente como todos nós. Não, Senhores Deputados, não há motivo para comemorarmos os 100 anos da Abolição da Escravatura que ora registramos. Historicamente é uma data que deve envergonhar a todos nós, pois mostra que, passado um século, ainda não tivemos a capacidade de entender que somos iguais perante Deus, o Supremo Criador e que esta lição deveria ser o exemplo para a conduta terrena.

Muito obrigado.

(Termina de ler).

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Amibelli) Encerrado o Grande Expediente, passamos à

ORDEM DO DIA

com a presença de 49 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente, devidamente apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando preferência de votação para os Projetos de Lei Complementar n. 104/88, e de Lei n. 105/88 e 103/88. Aprovado.

Requerimento de autoria do Senhor De-

putado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando preferência de votação para os Projetos de Lei n. 105/88 e 117/88. Aprovado.

De conformidade com os requerimentos de preferência de votação acima aprovados:

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar n. 104/88, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 66/88), que altera o disposto no Artigo 1º, da Lei Complementar n. 20, de 08 de maio de 1984, visando alterar o critério de cálculo dos adicionais quinquenais e os vencimentos deferidos aos membros do Ministério Público, na forma que especifica. Com Pareceres Favoráveis da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 105/88, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 67/88), que dispõe sobre novos critérios para o cálculo dos adicionais quinquenais e os vencimentos deferidos aos Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas do Estado, e aos Procuradores do Estado junto ao mesmo Tribunal. Com Pareceres Favoráveis da C.C.J., e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 103/88, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 65/88), que objetiva alterar a redação do parágrafo primeiro no Artigo 77 da Lei n. 7.297 de 08.01.80, com modificação introduzida pela Lei n. 7.878 de 04.07.84, conforme especifica. Com Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 117/88, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 64/88), que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Curitiba uma área de terra, com aproximadamente 60.000 m², situada no bairro do Tarumã, desta capital, destacada da área maior de propriedade da FASPAR, conforme especifica. Com parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 323/87, de autoria do Deputado DAVID CHERIGATE, que denomina de Padre Luís Luise, a Rodovia PR-574, via de acesso que liga a BR-369 ao Município de Cafelândia. Com Pa-

receres Favoráveis da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 22/88, de autoria do Deputado DOMINGOS SCARPELLINI, que torna sem efeito doação de imóvel à Sociedade de Assistência aos Lázarus do Estado do Paraná, e autoriza o Poder Executivo a doá-lo ao Município de Curitiba. Com Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.T.I.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando a retirada de regime de urgência ao Projeto de Lei n. 22/88. Aprovado.

Ainda sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando seja retirada por 5 (cinco) sessões, o Projeto de Lei n. 22/88. Aprovado. (Fica portanto, retirado por 5 (cinco) Sessões, o Projeto de Lei n. 22/88).

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 28/88, de autoria do Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI, que declara de Utilidade Pública União Umbandista Pai João de Aruanda, com sede e foro no Município de Londrina. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 34/88, de autoria do Deputado ANTONIO BELINATI, que declara de utilidade Pública o Centro Social Comunitário Madre Rafaela Ybarra, com sede e foro no Município de Marialva. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 51/88, de autoria do Deputado ALGACI TULLIO, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos do Jardim Paraíso, Jardim Valença, Jardim Silvânia, Jardim Planalto e Loteamento Recanto dos Papagaios, com sede e foro no Município de Almirante Tamandaré. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 52/88, de autoria do Deputado CÂNDIDO BASTOS, que declara de Utilidade Pública o CENTRO SOCIAL SANTA MARGARIDA, com sede nesta Capital. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, ar-

tigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 62/88, de autoria do Deputado LUIZ ANTONIO SETTI, que concede o título de Cidadã Honorária do Paraná a Dra. Carmen Amin Gannem. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 83/88, de autoria do Deputado PAULINO DELAZERI, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Loteamento Jardim Ana Paula, com sede e foro na localidade de Marechal Cândido Rondon. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

Sobre a mesa requerimento de n. 893, de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 896, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 897, de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 901, de autoria do Senhor Deputado Raul Lopes, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de n. 898, de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 907, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 908, de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 903, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 905, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 904, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 16, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 74/88 e do Projeto de Resolução n. 50/87

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n. 104/88 e dos Projetos de Lei ns. 323/87, 28/88, 34/88, 51/88, 52/88, 62/88, 83/88, 103/88, 105/88, 117/88

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO RAUL LOPES, EM SESSÃO DO DIA 12 DE MAIO DE 1988.

"13 de maio"

Senhor Presidente, Senhores Deputados
Procedentes de Angola, Moçambique e Guiné, 3 milhões e 500 mil negros foram trazidos para o Brasil na condição de escravos.

Esse tráfico de negros foi proibido definitivamente em 1850, pela Lei Euzébio de Queiróz.

Trinta e oito anos após essa proibição, em um ato heróico, a princesa Izabel, há 100 anos passados, assinava a Lei Áurea, libertando aproximadamente 780 mil negros escravos.

Com a libertação da escravatura, diversos benefícios ocorreram, além da liberdade do povo negro, quais sejam: o Capital, que até então era gasto com a compra de escravos, passou a ser investido na Indústria e Comércio.

A segregação racial passou, então, a torturar o negro que, com a liberdade nas mãos e despreparado para a cidadania, sem instrução, sem terra, sem habitação, desestruturado psicologicamente, com seus familiares separados, ficando, mesmo que libertos, atrelados como dependentes dos "Senhores" da casa grande, pois, era a única forma de sobrevivência do negro. Essa condição durou mais de 32 anos, quando então, por volta de 1920. Já os negros começaram, através da nova geração a exercerem seus reais direitos, frequentando cursos superiores, adquirindo propriedades, enfim, participando da sociedade brasileira.

Hoje, comemoramos o centenário da Lei Áurea e da Libertação da Escravatura.

Vemos com satisfação, nossos irmãos dividindo conosco espaços dentro das profissões liberais, atletas, artistas, militares, poetas, escritores, bispos, parlamentares e em todas as profissões.

A Assembléia Nacional Constituinte conta com 7 Deputados Federais negros.

Nas outras áreas, encontramos 208 padres negros, 03 bispos.

No Paraná, 3% da população é negra, atingindo a casa de aproximadamente 180 mil pessoas.

Hoje a população negra no Brasil ultrapassa a casa de 150 milhões de pessoas.

Negra não é raça, é cor! Axé! Irmãos de cor!

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 09.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 1.988
QUINTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Antônio Annibelli, secretariada pelos Srs. Deputados Aribal Khury e Basílio Zanusso.

Às quinze horas, foi registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Aribal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artação Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Germote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulo Furiatti, Pirajá Ferreira, Quielise Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer (49). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Paulino José Delazeri, Pedro Tonelli e Valderi Mendes Vilela. (03). Achando-se em licença os seguintes Senhores Deputados: Cândido Bastos e Domingos Scarpellini. (02)

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)
Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Não havendo expediente a ser lido

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 49 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 37/88 (Ex-Proposição n. 51/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Tomada de Contas, por unanimidade, que aprova as contas da Caixa Beneficente dos Funcionários da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, referente ao exercício financeiro de 1987. Aprovado.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 37/88

Artigo Único - São aprovadas as contas da Caixa Beneficente dos Funcionários da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, referente ao exercício financeiro de 1987.

Sala das Comissões, em 25.03.88.

(aa) HERMAS BRANDÃO

Presidente

ANTÔNIO BELINATI

Relator

Apoio: Luiz Carlos Alborghetti, Werner Wanderer e Tadeu Lúcio Machado.

COMISSÃO DE TOMADAS DE CONTAS
PROPOSIÇÃO N. 51/88

P A R E C E R:

A presente proposição tem por finalidade a prestação de contas junto a este Poder Legislativo, da verba de Assistência Social, correspondente ao exercício de 1987, repassada à Caixa Beneficente dos Funcionários da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná - CABENFALE.

De acordo com o ofício n. 007/88 - da entidade acima mencionado, o total da verba repassada por esse Poder Legislativo, no exercício de 1987, foi num montante de Cz\$ 1.750.000,00 (Um milhão, setecentos e cinquenta mil cruzados). Nas alegações aqui apresentadas, tal importância caracterizou-se como insuficiente para o atendimento efetivo que vem sendo prestado pela CABENFALE ao seu corpo associativo, visto que o total efetivamente aplicado foi no valor de Cz\$ 4.464.847,53 (Quatro milhões, quatrocentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e quarenta e sete cruzados e cinquenta e três centavos).

Nos termos do demonstrativo que acompanha a prestação de contas, podemos constatar que a verba repassada por esse Poder Legislativo, foi devidamente aplicada em prol do atendimento médico hospitalar que a CABENFALE vem prestando ao seu corpo associativo.

Nestas condições opinamos favoravelmente à aprovação da prestação de contas

aqui apresentada, com a devida baixa de responsabilidade junto aos órgãos competentes desta Casa, através do Projeto de Resolução, que anexo apresentamos.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.03.88.

(aa) HERMAS BRANDÃO

Presidente

ANTÔNIO BELINATI

Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 38/88 (Ex-proposição n. 47/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Tomadas de Contas por unanimidade, que aprova as contas individuais dos Senhores Deputados, sobre aplicação de dotação de subvenção social, regulamentada pela Resolução n. 55/83, referente ao exercício de 1987. **Aprovado.**

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 38/88

Art. Único - São aprovadas as contas individuais dos Senhores Deputados, sobre aplicação da dotação de subvenção social, regulamentada pela Resolução n. 055/83, referente ao exercício de 1987.

Sala das Comissões, em 06.04.88.

(aa) HERMAS BRANDÃO

Presidente

WERNER WANDERER

Relator

Apoiamto: Luiz Carlos Alborghetti, Tadeu Lúcio Machado e Antônio Belinati.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PROPOSIÇÃO N. 47/88

P A R E C E R:

A presente proposição tem por finalidade a prestação de contas individuais dos Senhores Deputados, sobre aplicação da dotação de subvenção social, regulamentada pela Resolução n. 055/83, referente ao exercício de 1987.

Faz a Diretoria Financeira, através da Coordenação de Execução de Auxílios Sociais um relato explanativo sobre a movimentação de créditos, movimento do caixa bancário e relação de cheques emitidos e não descontados até 31 de dezembro de 1988, citando nominalmente os Senhores Deputados, quanto ao uso da verba de Assistência Social, relativa ao mesmo exercício.

Conforme o exposto a documentação está em ordem, obedecendo a regulamentação da Resolução n. 055/83, razão pela qual, emitimos parecer favorável à sua aprovação pelos Doutos Membros da Comissão de Tomada de Contas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.04.88.

(a) HERMAS BRANDÃO

Presidente

WERNER WANDERER

Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 42/88 (Mensagem n. 10/88, Ex-Proposição n. 19/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova Convênios celebrados em 18.02.87, entre o Estado do Paraná, através da SEDU, e sua vinculada SUCEAM, e os Municípios que especifica, objetivando a execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana nos respectivos Municípios. **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 43/88 (Mensagem n. 32/88, Ex-Proposição n. 41/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da SETR, com interveniência do DER, com os Municípios que especifica, objetivando proceder reparos nas malhas rodoviárias, afetadas por chuvas, enchentes e inundações. **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 44/88 (Mensagem n. 21/88 Ex-Proposição n. 30/88), oriunda do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova convênios de cooperação administrativa e financeira celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Fazenda e os Municípios que especifica, objetivando a construção de prédios destinados às respectivas agências de rendas locais. **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 45/88 (Mensagem n. 53/88 Ex-Proposição n. 48/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça datado de 08.02.88 ao Convênio celebrado em 26.01.87, entre o Estado do Paraná, através da SEDU e sua vinculada SUCEAM, e o Município de Pérola, objetivando a execução de obras do controle da erosão urbana. **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando uma Sessão Ordinária, para segunda-feira, dia 16 à hora regimental, com a Ordem do Dia anteriormente anunciada e mais

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução de ns. 37/88, 38/88, 42/88, 43/88, 44/88 e 45/88.

Levanta-se a sessão.

Atos da Diretoria Geral:

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA AS-

SEMBLÊIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ,
no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

PORTARIA N° 66/88

conceder a LUCYMARA CHRISTOFORO, funcionária contratada deste Poder, licença maternidade, de acordo com o Art. 392, da Consolidação das Leis do Trabalho, no período compreendido entre 02 de maio a 25 de julho de 1988.

(Prot. n° 2693).

PORTARIA N° 67/88

mandar incorporar, para todos os efeitos legais ao acervo de serviço público de MOACIR JORGE NARDI, matrícula n° 081, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe A - Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o sexto quinquênio, compreendido entre 11 de janeiro de 1984 e 11 de março de 1988, antecipado em razão da incorporação correspondente ao quinto quinquênio e das férias referentes aos anos de 1985 e 1986, contadas em dobro.

(Prot. n° 1941).

PORTARIA N° 68/88

mandar incorporar, para todos os efeitos legais nos termos do Art. 248, da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de BOANERGES DE MENEZES CALDAS, matrícula n° 268, ocupante do cargo de Consultor Legislativo Classe B, Referência VI, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o quarto quinquênio, compreendido entre 23 de janeiro de 1979 e 23 janeiro de 1984.

(Prot. n° 00733).

PORTARIA N° 69/88

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de MAURÍCIO GONÇALVES, matrícula n° 152, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe A Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude do seu não afastamento do exercício de suas funções durante o sexto quinquênio, compreendido entre 24 de janeiro de 1984 e 24

de novembro de 1987, antecipado em razão da incorporação referente ao 5° quinquênio e das férias dos anos de 1983, 1984, 1985 e 1986, contadas em dobro.

(Protoc. n° 2156)

PORTARIA N° 70/88

mandar incorporar, nos termos do Art. 248, da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de SEBASTIAO DE LIMA CARDOSO, matrícula n° 172, ocupante do cargo de Consultor Legislativo Classe C - Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o sexto quinquênio, compreendido entre 30 de abril de 1984 e 1° de março de 1988, antecipado em razão da incorporação correspondente ao 5° quinquênio e das férias relativas aos anos de 1984, 1985, 1986 e 1987, contadas em dobro.

(Protoc. n° 2209)

PORTARIA N° 71/88

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de NELITA RIBEIRO HARTMANN, matrícula n° 343, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe A - Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o sexto quinquênio, período compreendido entre 22 de junho de 1983 e 22 de junho de 1987, antecipado em razão da incorporação correspondente ao decênio compreendido entre 22 de fevereiro de 1975 e 22 junho de 1983.

(Protoc. n° 2210)

PORTARIA N° 72/88

I - mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2° da Lei n° 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de ROGÉRIO ANTÔNIO SOUZA DO NASCIMENTO, matrícula n° 495, ocupante do cargo de Médico, Classe B, Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1987, que deixou de gozar;

II - mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da referida Lei n° 6174, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) me-

ses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o sexto quinquênio, compreendido entre 10 de janeiro de 1984 e 10 de agosto de 1987, antecipado em razão da incorporação correspondente ao quinto quinquênio e das férias de 1962, quinze (15) dias de 1974, 1975, 1984, 1985 e 1986, contadas em dobro; e,

III - mandar revogar o Ato n° 328, de 22 de abril de 1968, haja vista que as férias de 1967, foi registrado duas vezes na ficha funcional do Requerente.

(Protoc. n° 2270).

PORTARIA N° 73/88

conceder ao funcionário JOEL DA SILVA NATAL, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe A, Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de licença, para tratamento de saúde, a partir de 19 de abril do corrente ano.

(Protoc. n° 2499).

PORTARIA N° 74/88

conceder a LEANDRO AUGUSTO A. MALHEIROS, funcionário contratado (CLT), deste Poder Legislativo, onze (11) dias de licença, para tratamento de saúde, a partir de 19 de abril do corrente ano.

(Protoc. n° 2628)

PORTARIA N° 75/88

mandar contar, em favor do funcionário GABRIEL LUIZ FRANCESCHI, matrícula n° 512,

ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe C - Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2°, da Lei 8742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1987, que deixou de gozar.

(Protoc. n° 1911)

PORTARIA N° 76/88

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de ACIR TEIXEIRA, matrícula n° 108, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, Classe C, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de cinco (05) meses e vinte (20) dias, em virtude da licença especial referente ao 4° quinquênio, concedida pelo Decreto Legislativo n° 564/78, a partir de 25 de janeiro de 1979 e interrompida pelo Protocolado n° 11523/79, em 05 de fevereiro de 1979, por necessidade de serviço, quinquênio este compreendido entre 10 de novembro de 1974 e 10 de setembro de 1978, antecipado em razão da incorporação correspondente ao 3° quinquênio e das férias de 1974, 1975, 1976 e 1977, contadas em dobro.

(Protoc. n° 2562)

Gabinete da Diretoria Geral, em 05.05.88.

CARLOS DOUGLAS BUKOWSKI
Diretor Geral